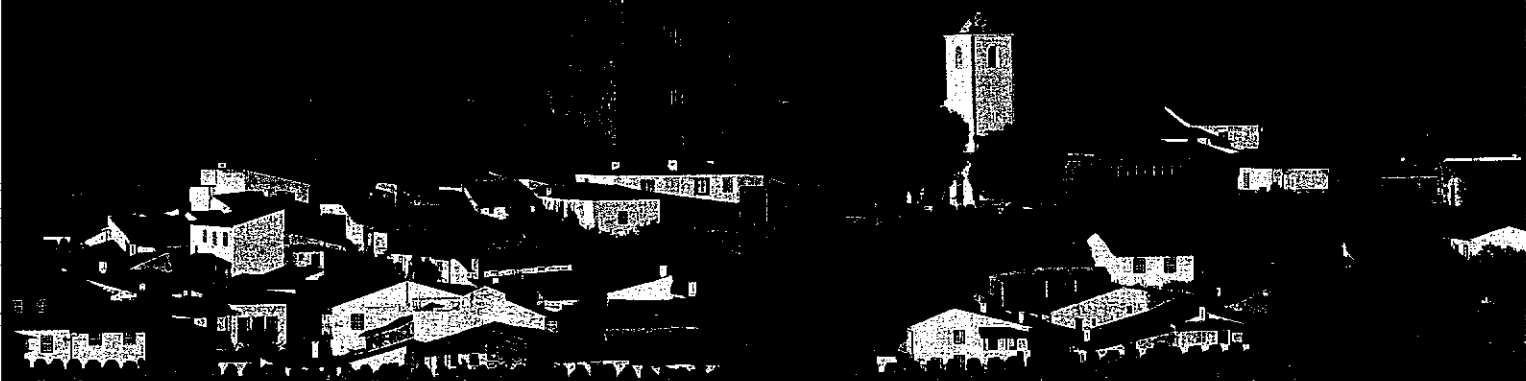


**BRAGANÇA**  
**MARCA A HISTÓRIA**  
**A HISTÓRIA MARCA**  
**BRAGANÇA**



# BRAÇANÇA MARCA A HISTÓRIA A HISTÓRIA MARCA BRAÇANÇA

Coordenação de Armando Fernandes

---

Textos

Alexandre Rodrigues | Ana Marques Pereira | António Mourinho  
Armando Fernandes | Fernando de Sousa | Filipe Pinheiro de Campos  
Francisco Sande Lemos | Francisco Terroso Cepeda  
Henrique da Costa Ferreira | Isabel Vaz Freitas  
Luís Amaral | João Salvador Fernandes | José Manuel Garcia  
José Rodrigues Monteiro | Manuel J. Gandra  
Maria Alcina R. Correia Afonso dos Santos  
Maria João Guardado Moreira | Maria do Loreto Monteiro  
Maria Olinda Rodrigues Santana  
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo



**BRAGANÇA MARCA A HISTÓRIA,  
A HISTÓRIA MARCA BRAGANÇA**

**Edição da Câmara Municipal de Bragança**

**Coordenação geral**  
CESO CI Portugal, SA

**Coordenação executiva**  
Armando Fernandes

**Direcção gráfica**  
Armando Alves

**Copydesk**  
Alexandre Manuel

**Revisão**  
Ayala Monteiro

**Apoio Editorial**  
Rita Miranda

**Créditos fotográficos**  
Arquivo Municipal de Bragança  
Câmara Municipal de Bragança  
Jorge Murteira  
Manuel Teles  
Museu Abade de Baçal

**Pré-impressão**  
A. Alves – Arte e Edições, Lda

**Impressão e acabamento**  
Greaca - Artes Gráficas

**Depósito Legal:** 289007/09

**ISBN:** 978-989-95687-7-8

Todos os direitos reservados.

Bragança 2009

# Índice

5	Palavras do Presidente
9	Apresentação
10	<b>CAPÍTULO I MARCOS DA HISTÓRIA</b>
13	Geografia Terra sulcada de rios e inundada de cores
23	Demografia Um oásis no meio da desertificação
35	Economia Um modo de estar diferente
43	Arquitectura e fortificações Ritmos da persuasão em horizontes de fronteira
61	Arte Esta Princesa...
67	Religião A Igreja fez Bragança, Bragança fez a Igreja
79	Educação Minerva tardou em abençoar-nos
87	Cultura O adubamento das mentes bragançanas
95	Administração – As consequências das reformas administrativas
101	<b>CAPÍTULO II PROTO-HISTÓRIA E ROMANIZAÇÃO</b>
103	Da Proto-História à Romanização
113	<b>CAPÍTULO III A IDADE MÉDIA</b>
115	Poder senhorial e direitos de foral
123	Bragança na Idade Média Muito mais que uma terra da raia
135	A Cristofânia de Ourique Um mito que comanda a História
143	<b>CAPÍTULO IV A IDADE MODERNA</b>
145	Época Moderna A importância da Casa de Bragança
151	Sangue Brigantino na Europa
159	A mesa na Casa de Bragança
163	O mistério dos reis sem coroa
169	Bragança e a expansão portuguesa
171	<b>CAPÍTULO V A IDADE CONTEMPORÂNEA</b>
173	Dos finais de seiscentos ao século XIX
191	Outras e diferentes Braganças
205	Do século XX ao século XXI
217	<b>CAPÍTULO VI BRAGANÇA NO MUNDO</b>
221	<b>CAPÍTULO VII SÍNTESE DOS CAPÍTULOS</b>
229	As elites locais
231	Figuras e Personalidades
	Tábua cronológica
247	<b>BIBLIOGRAFIA</b>



Festa do Charolo, em Outeiro

jovens. Por aqui e por ali existem pequenas comunidades de espiritualidade formadas por leigos que vão alimentando e aguentando a vida espiritual da Igreja diocesana.

Com a confirmação da mudança do nome da diocese para Bragança-Miranda, levada a cabo pelo bispo D. António Rafael, em vez de *Miranda-Bragança*, título que confirma a ordem histórica e lógica que de modo algum se pode destruir, porque se destrói, prepotentemente, a história que só Deus pode destruir, o prelado não glorificou mais Bragança e deixou Miranda desiludida e revoltada. Porque o autor destas linhas pode ser acusado de parcial, apesar de tudo o que, injustamente, sofreu com toda esta questão, a prudência leva a que não se mexa mais, por agora, nesta questão. Como cristão, tudo esquecemos e perdoamos. A história deste período (1994-1997) negro da Igreja diocesana se fará, a seu tempo.

Actualmente, neste princípio do século XXI, a Igreja, em Bragança, tendo como pastor espiritual D. António Montes Moreira, sucessor de D. António Rafael, mantém-se na fé e na moral tradicional. Sem deixar de sofrer as influências das ideologias da Nova Era (New Age), em alguns sectores, permanece a maior parte da população tradicionalmente cristã, mas sem prática religiosa.

O povo bragançano embebido no trabalho da terra que

lhe dá o pão fabricado com o suor do rosto, guardando os seus gados ou empregado nos seus ofícios, teve tempo para ouvir pregações, assistir aos ofícios divinos, cuidar dos pobres, rezar pelos defuntos que sempre lembrou com carinho e saudade perpétua, assistir à missa nos domingos e dias de festa. Teve sempre tempo para se divertir nos terreiros, ao som dos instrumentos musicais tradicionais. Teve tempo para erguer um sem-número de igrejas e capelas em toda a circunferência da cidade as quais, ainda hoje, se mantêm e alimentam a devoção dos fiéis. Teve tempo para representações teatrais de temas da Bíblia e da história da Igreja, bem como outros de carácter misto – profano e sagrado – tragédias e comédias, autos da Paixão, da Ressurreição, de José do Egipto, dos Sete Infantes de Lara, etc. Tudo isto estimulado pela hierarquia eclesiástica... Tudo isto se mantém, embora com menos frequência, porque o despovoamento e a emigração nos levou a gente e com ela os génios, os autores e ensaiadores que faziam a alegria das festas do Natal, Páscoa, Corpo de Deus e festas reais. A Igreja fez a Bragança cristã, cultural, religiosa e económica, e as populações, nos vários séculos da sua história cristã, contribuíram, com a sua força espiritual e humana, para a construção e continuidade da Igreja.

## Educação

### Minerva tardou em abençoar-nos

Henrique Ferreira \*

Com uma sociedade civil economicamente débil e geralmente inculta, o Portugal de antes do Marquês de Pombal (1750-1777) só conheceu a educação eclesiástica. Depois, submeteu-se ao Estado, ao seu pequeno braço social e misericordioso, condescendendo com o lento despertar para a Educação.

O Portugal liberal (desde 1822) foi sucessivamente dotado de uma administração pública centralizada. Os programas de acção pública e as ideologias que os impregnam parecem os mesmos em todas as regiões. Haverá liberdade para especificidades regionais e municipais? Vamos analisar a evolução educacional no concelho de Bragança para tentar identificar possíveis especificidades.

#### O contexto educacional português

Os líderes portugueses procuraram sempre estar na linha da frente da construção teórica do discurso sobre a importância da educação e sobre os novos métodos pedagógicos. Mas, com excepção do marquês de Pombal, sempre estiveram na linha de trás nas concretizações ou, no mínimo, das realizações mitigadas. A razão principal é que o país foi, é e será, ainda por muitas décadas, pobre, mal organizado, incapaz por enquanto, de reorientar a dinâmica dos interesses individuais, grupais e corporativos, pelo menos, com elites intelectualmente frágeis e com níveis de corrupção demasiado elevados.

O marquês de Pombal foi o primeiro primeiro-ministro, a nível mundial (1774), a criar um sistema público de educação, através da criação do ensino primário elementar. Sessenta anos depois, Rodrigo da Fonseca (1835) tentou impor a escolaridade primária obrigatória, antecipando Cláudio Moyano, o ministro espanhol da Educação que, em 1850, criou o sistema público de educação em Espanha. E, enquanto os países desenvolvidos da Europa iam decretando a obrigatoriedade de frequência da escola primária, entre 1870 e 1900, Portugal só o faria pela reforma de 1911, de cariz marcadamente idealista. E com efeitos verdadeiramente práticos, apenas pela reforma do ensino

primário, em 1952, instituindo-se verdadeiras multas aos pais que não deixassem ir os filhos à escola.

Merecem referência a criação, a partir de 1850, dos liceus nacionais e, a partir de 1870, das escolas técnicas, sempre nas capitais de distrito, primeiro, e nas grandes cidades, a seguir<sup>1</sup>. Também merece referência a criação das escolas normais superiores, cujo incremento e reforma, pela I República, se ficou pela «Sorbonne de Benfca», hoje transformada em Escola Superior de Educação de Lisboa e que, entretanto, havia sido extinta como Escola Normal Superior, em 1930, pelo ministro Gustavo Cordeiro Ramos, porque era a escola-sede do «revirinho», expressão que, ao tempo, foi muito usada para designar os professores comunistas.

O período de 1930 a 1952 é, no plano educacional, um período extremamente controverso, com um debate muito aceso sobre o papel da escola na sociedade. Da querela entre conservadores e progressistas, ao longo da década de 30, mas, sobretudo, entre 1936 e 1938, resultou a vitória dos primeiros, segundo os quais a escola primária deveria ser uma agência de instrução e de socialização nos valores da passividade política (Formosinho, 1987), da obediência, da ordenação, da hierarquização da sociedade e de promoção dos valores e tradições rurais, um papel de segunda ordem para a mulher e a consagração da trilogia Deus, Pátria e Família como orientação fundamental dos actos do Estado e da Sociedade.

Salazar parece ter olhado para o debate com reservas, mas lá foi dando uma no cravo e outra na ferradura. Logo em 1941, fez um discurso marcante sobre a importância da Educação no desenvolvimento dos povos e na construção da igualdade social de oportunidades. Hipocrisia ou verdade? Nesse ano, foi aprovada a lei para a construção de escolas, conhecida por Plano dos Centenários, pela qual o Governo deveria construir, em dez anos, 12 000 novas escolas. Mas aquilo, à época, era para aplicar devagar, devagarinho. Salvado Sampaio confirma: dez anos depois, apenas tinham sido construídas 2800.

Este debate entre conservadores e progressistas, iniciado por Gustavo Cordeiro Ramos e por António Ferro,

\* Doutor em Educação – Organização e Administração Escolar. Professor do Departamento de Ciências da Educação da Escola de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

<sup>1</sup> Esta lógica administrativista e não social é evidente na comparação entre Bragança e Chaves. Em Bragança e Vila Real, o liceu data de 1853, em Chaves, de 1903. Porém, como edifício, o de Chaves é muito mais bonito, porque construído no início do século. Os de Bragança e de Vila Real só tiveram edifícios próprios na década de 60 do século XX, já numa época de semidemocratização do ensino.



Escola EB I n.º 6 do Toural



Escola Primária (Plano dos Centenários)

logo em 1928, foi construindo, a partir de 1930, a nova ordem educacional: o Ensino Primário foi reduzido de cinco para três anos, entre 1931 e 1933 (note-se que, na I República, a escola obrigatória também nunca tinha sido de mais de três anos), e, entre 1937 e 1948, foi imposto o livro único de leitura para cada uma das três primeiras classes, o qual vigoraria até à reforma do currículo do Ensino Primário, em 1968, já promovida por Marcelo Caetano e José Hermano Saraiva.

As escolas do Magistério Primário deixaram de admitir futuros professores entre 1937 e 1942. E, independentemente da formação que nelas se ministrava, até 1970, puderam candidatar-se e ser professores do ensino primário, se aprovados na prova de aptidão respectiva, os indivíduos com uma habilitação, desde a 4.ª classe até à frequência do 5.º ano (actual 9.º). Ficaram conhecidos,

ou melhor, conhecidas, porque eram quase todos «elas» por *regentes*. Foram muito procurados pelo Sistema Educativo a partir de 1952, e colocados sobretudo em pequenas escolas de pequenas localidades. Chegaram a ser, em 1973, 7000 em 27 000 agentes do ensino primário.

Em 1943, deu-se a reabertura das escolas do Magistério Primário e a sua extensão, em 1947, a todos os distritos, Bragança incluído.

Mas a mudança efectiva de ideologia só se deu a partir dos anos 50. E, mesmo assim, os primeiros 12 anos, de 1952 a 1964, são ainda de um arranque com efeitos colaterais controlados, através de fórmulas que mantivessem o país rural e que impedissem a invasão das cidades por uma população iletrada que, no entanto, fruto do desemprego, viesse a promover a agitação e a desordem sociais.

A influência das teorias desenvolvimentistas era evidente (Theodore Shultz havia desenvolvido a *teoria do capital humano*, em 1944), mas o regime tentava controlar o acesso à educação, implementando, até 1960, várias vias de acesso ao ensino primário (regentes e professores, 3ª classe obrigatória e 4ª classe facultativa, para quem quisesse seguir para o ensino secundário, até 1963) e secundário (liceu *versus* escola técnica, esta industrial e comercial, a partir de 1949); telescola, em 1965, ciclo complementar do ensino primário, em 1966, ciclo preparatório do ensino secundário, em 1967), de forma a manter o país dual, sobretudo rural e pouco urbano.

Até 1965, o país fazia um esforço permanente para resolver o problema do ensino primário para crianças normais, decretando a escolaridade obrigatória de seis anos para as crianças entradas no sistema em 1964/1965.

Utilizando os estudos e as propostas de Francisco de Paula Leite Pinto, ministro da Educação entre 1956 e 1961, muito úteis para França, Espanha, Itália e Jugoslávia e conhecidas por Projecto Regional do Mediterrâneo, mas readaptadas e rearranjadas por Salazar até 1967, o Governo vai promover, a partir de 1970, a «*democratização do ensino*»<sup>2</sup> e a «*batalha da educação*».

Quando o 25 de Abril chegou, em 1974, estava em marcha uma revolução educacional, sob a batuta do ministro Veiga Simão, engenheiro e ex-presidente da Comissão Instaladora da Universidade de Moçambique, que fez da afirmação de «*onde houver uma criança tem de haver uma escola*», o seu guia orientador. Extinguiu o ensino primário complementar e a separação de sexos, na escola primária, e lançou, em regime experimental, a unificação do ensino básico, em 1972. Criou três novas universidades e oito institutos politécnicos, em 1973. Entre 1973 e 1974, criou as condições para que todas as crianças e jovens pudessem frequentar a escola, no futuro.

A Lei 5/73, de 25/7, institui um verdadeiro programa de modernização da administração do Sistema Educativo, que vai ser implementado pela III República, nos 14 anos seguintes. Uma das suas linhas orientadoras foi a integração escolar e social das crianças e jovens deficientes criando, em 1973, em regime experimental (que assim se manteve até 1988), as equipas de educação especial e, em 1974, o apoio pedagógico diferenciado a alunos deficientes, curiosamente só estendido ao ensino primário em 1985.

Em síntese, em Portugal, até 1974, só se pode falar de uma educação de massas, ou educação para todos, a partir de 1960, e, mesmo assim, aplicada apenas ao ensino primário. A partir de 1972, ela começa a ser construída no 2.º ciclo, tendo o sistema educativo, em 2008, uma eficácia de 90 por cento neste ciclo. A partir de 1976, estende-se ao 3.º ciclo e a eficácia é, em 2008, de 75 por cento. A partir de 1980, alarga-se ao ensino secundário, com a eficácia de 55 por cento, em 2008, e, a partir de 1990, ao ensino superior, com uma eficácia, hoje, de 18 por cento.

### E Bragança, cá tão longe?!

O concelho de Bragança, com as suas 123 localidades e 49 freguesias, albergando no seu centro geométrico uma cidade com 545 anos, e que cresceu de 4000 habitantes, em 1801, para 5093, em 1864, para 5313, em 1900, para 6141, em 1930, para 8818, em 1950, para 10 971, em 1970 e para 20 574, em 2001, esconde nos arquivos e museus e

nos estudos já realizados, mas não suficientemente publicitados, uma história rica em educação e ensino.

A face actualmente visível deste conjunto de elementos apenas permite identificar marcas de um ensino posterior a 1941, com a maior parte das escolas primárias, hoje já desafectadas, a integrarem-se na tipologia do Plano dos Centenários inicial, rural (uma sala) ou urbano (duas, três e quatro) ou restaurado, a partir de 1950, e moderno, a partir de 1960.

No entanto, na cidade de Bragança, existiu ensino secundário, na forma de liceu, desde 1853, e na forma de escola técnica, desde 1879 (de uma forma continuada apenas desde 1919), o que pressupõe a existência de ensino primário, ao tempo. E, desde 1752, estiveram no Convento Jesuíta da Sé muitos elementos desta congregação.

Onde era ministrado e sob que formas esse ensino primário? À partida, sabemos que o ensino primário revestia as formas de particular e de público. Muitos nobres ou pessoas autojulgadas de linhagem nobre preferiam um preceptor ou um ensino doméstico para os seus filhos, que não podiam ser misturados com a *ralé* e com as condições degradantes de higiene das escolas, em geral.

No entanto, a maior parte das pessoas confiava nos méritos e valores da escola pública. Onde funcionava então ela? Funcionava nas localidades mais populosas e, obviamente, na cidade de Bragança (onde as primeiras escolas foram as da Estação, do Loreto, da Estacada e de São Sebastião, as quatro do referido Plano dos Centenários), em casas particulares, cedidas para o efeito ou *cedidas* mediante contrato de colocação vitalícia de professor familiar habilitado. Funcionava ainda em salões paroquiais e nos seminários, um local de encomenda das almas e vocações masculinas para fuga à miséria económica e social.

As escolas primárias de antes de 1950 eram geralmente locais degradados, muitas vezes sem telhado decente e muito menos casas de banho e água canalizada, com buracos no chão, sem aquecimento no Inverno e, a maior parte das vezes, sem quadro preto e sem qualquer material pedagógico auxiliar. Existem descrições pungentes desses locais, que atestam bem o heroísmo dos professores e a resistência das crianças daquele tempo. O livro de José Maria Gaspar, de 1945, *Oiça, Senhora Professora*, é um relato angustiante do Portugal e do ensino primário da época.

Crianças que andavam, de noite, quilómetros e quilómetros a pé para irem à escola, turmas com 80 alunos, a necessidade do recurso aos castigos corporais para disciplinar tanta gente (recurso que, depois, se tornou um hábito, uma facilidade, uma prova da incompetência de

<sup>2</sup> É importante referir o que, ao tempo, se entendia por *democratização do ensino*; não a criação de condições para uma igualdade de acesso e uso dos bens escolares, mas sim e apenas a criação de condições para acesso à escola. De resto, este conceito de democratização e de igualdade foi dominante, no plano legal, até 1991 e, nas práticas, ainda o será hoje, apesar de tanta retórica e de tanta formação de professores.



Primeira Escola Pré-Primária (1934)

alguns professores e de autoritarismo do regime, através de uma palmatória de madeira grossa e pesada a abater-se impiedosamente com violência nas mãos das crianças e que adquiriu expressões sociais diversas), a obrigatoriedade de os professores terem 25 por cento de sucesso nos exames de 4.ª classe para não terem avaliação negativa, crianças com fome, professores a viverem ao lado da loja do burro, numa pseudo-habitação sem casa de banho e sem água canalizada, professores a terem de andar a pé dez quilómetros para chegarem à escola por caminhos de cabras. Era assim o Portugal dos anos 40 e, no Interior, ainda o dos anos 70. Nesse aspecto e em outros, o poder local mudaria a face do país, a partir de 1976.

Ao longo dos anos 50, 60 e 70, o parque escolar, na cidade de Bragança, foi adquirindo a forma actual. Primeiro, as escolas do Plano dos Centenários: Estação, Loreto, Beatas e São Sebastião. Depois, Cantarias, Mãe de Água e Artur Mirandela, estas três escolas P3. As mais recentes são as do Campo Redondo (1986) e a dos Formarigos (2005).

Em 1959, o ministro da Educação, Leite Pinto, manifestou a intenção de unificar o 1.º ciclo do ensino liceal, de dois anos, e o ciclo preparatório do ensino técnico, também de dois anos. Nomeou uma comissão para o efeito, a qual apresentou o relatório em 1961. O ministro quis avançar de imediato nos moldes de Veiga Simão, em 1970. Mas Salazar queria manter o país rural e barato.

Inventaram então fórmulas de cumprir os objectivos de Leite Pinto, que eram desobrigar as crianças e as suas famílias de escolher logo após a 4ª classe entre liceu e escola técnica e prolongar a escolaridade obrigatória para seis anos, sem trazer a aldeia para a cidade.

Em consequência, o ensino secundário, em Bragança, alterou-se na sua configuração a partir de 1964, sendo amputado dos dois primeiros anos, que passaram a ser ministrados sob várias formas. Neste ano, começou a ser implementada a Telescola. No ano seguinte, o ciclo complementar do ensino primário. Em 1967/68, o ciclo preparatório, na Escola Preparatória Augusto Moreno, ao tempo, no Convento dos Jesuítas, hoje Centro Cultural Municipal, tendo o Liceu, ali instalado desde 1910, de transferir-se para as actuais instalações da Escola Secundária Emídio Garcia. O ensino preparatório enriquecer-se-ia, em 1973, com a secção de Izeda da Escola Augusto Moreno e com a Escola Preparatória Paulo de Quintela, em 1983.

Entretanto, em 1973, a Escola do Magistério Primário, criada em 1947, foi transferida das instalações da Rua 1.º de Dezembro, onde, entre 1983 e 1987, funcionou a administração do Instituto Politécnico e, agora, várias associações, para o edifício do actual Colégio do Arco, sobranceiro à Rotunda da Flor da Ponte, Colégio que, por sua vez, deixou as instalações da Rua Abílio Beça, em 2001. A partir de 1975/1976, os cursos do Magistério passaram a

ser de três anos e, a partir de 1982, já a oferecer a variante de Educador de Infância. A partir de 1980, passou a ser necessário o 12.º ano para ingressar nos cursos, onde só entraram alunos até 1985/86 porque, em 1986/87, iniciou a sua actividade a Escola Superior de Educação.

A educação de infância existiu, através dos colégios do Arco, Sagrado Coração de Jesus e Santa Casa da Misericórdia, logo a partir de 1976. Mas, sob a forma pública municipal, só em 1986 (o estabelecimento da Estação/Mãe de Água) e, a partir de 2005, o estabelecimento de São Tiago, no Bairro Santiago.

O ensino secundário existe em Bragança desde 1853. Até 1919, apenas sob a forma de liceu, o ensino para as elites e para os fortes, segundo o estatuto de 1932. A partir de 1919, acompanhado do ensino técnico, antecessor do ensino industrial e comercial, na reforma de 1949 e até 1976. O liceu, no século XX, funcionou no antigo Convento dos Jesuítas, hoje Centro Cultural, e, a partir de 1967, no edifício da actual Escola Secundária Emídio Garcia. O ensino técnico, no século XX, funcionou nas instalações do actual Instituto da Juventude e, a partir de 1964, nas instalações da actual Escola Secundária Abade de Baçal. Em 1987, entrou em funcionamento mais uma escola secundária, a Miguel Torga, na zona da Estacada. Era desígnio do então presidente da Câmara, Eng. José Luís Pinheiro, repovoar a zona história da cidade. Conseguiu-o em parte.

A formação profissional existiu, como vimos, continuamente entre 1919 e 1976, porque extinta, em 1974, no ensino estatal. Em 1976, foi criada a Escola Prática Universal, reconvertida em Escola Profissional, em 1989, no âmbito do Programa das Escolas Profissionais. Em 1986, a formação profissional regressou às antigas escolas industriais e comerciais, hoje escolas secundárias. Em 1988/89, iniciou a sua actividade o Centro de Formação Profissional.

Finalmente, em 2004, são lançadas novas formas de formação profissional, através do Programa Novas Oportunidades, que o actual Governo constitucional desenvolveu, nas formas de: CRVCC (Centros de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências), Centros CNO (Centros Novas Oportunidades) e formação profissional nas escolas normais, através de CEF (Cursos de Educação e Formação), de cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) e programas PIEF (programas individuais de educação e de formação). O abandono escolar começava assim a ser combatido a sério embora com ameaças sérias à meritocracia conservadora.

Em 1984, é autorizado o início do funcionamento do Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Em 1985/86, instala-se em Bragança a primeira e única instituição de ensino superior não-estatal, o Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), encerrado em 2008 para ser reconvertido em nova escola de saúde.

Em 1986/87, o IPB começa a ministrar os primeiros cursos, através da Escola Superior de Educação e da Escola Superior Agrária. A Escola Superior de Educação representava a evolução para ensino superior da Escola do Magistério Primário e de Educadores de Infância.

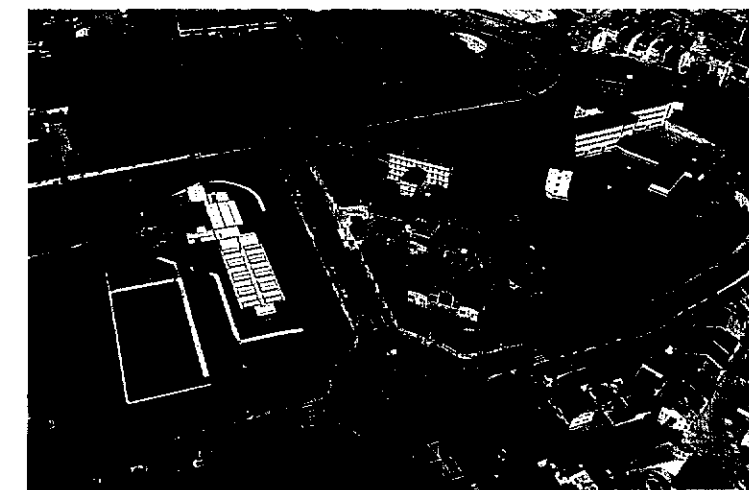
Em 1989, a Escola de Enfermagem adquire o estatuto de Escola Superior de Enfermagem, sendo, em 1999, integrada no IPB, e, em 2003, transformada em Escola Superior de Saúde. Em 1994/95, uma outra Escola do IPB, a de Tecnologia e Gestão, inicia as suas actividades lectivas, exportando também um seu pólo para Mirandela, em 1998. Importa terminar esta breve reflexão sobre o ensino em Bragança, referindo alguns indicadores.

Em 1864, 96,46 por cento da população do concelho era rural, em 1970, 55 por cento e hoje, sê-lo-á ainda em 29 por cento.

Em 1864, 95 por cento da população era analfabeta, em 1911, 78 por cento, em 1940, 55,6 por cento, em 1970,



Escola Secundária Miguel Torga



Escola Superior de Saúde Emídio Garcia



Campus do Instituto Politécnico de Bragança

38 por cento e em 2008, 10 por cento. Filhos bastardos de Minerva!

Olhando agora mais especificamente para cada nível de ensino, evoluímos de uma taxa de escolarização de três por cento em educação pré-escolar, em 1976, para os actuais 90 por cento.

Na escola primária, foi-se passando de uma frequência escolar de 20 por cento nos anos 40, para 90 por cento dos alunos possíveis, no início dos anos 1970, e para 100 por cento dos mesmos, hoje, e de um ensino essencialmente dirigido à instrução para um ensino dirigido ao desenvolvimento global.

Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, de seis por cento em 1940, e de 25 por cento, em 1970, para uma taxa de 95 por cento no 2.º e de 90 por cento no 3.º, em 2008,

embora o sucesso se fique ainda nos 90 por cento, no 2.º e nos 75 por cento, no 3.º.

No ensino secundário, a evolução da frequência escolar foi dos 5 por cento, em 1940, para 18 por cento, em 1970, para os 60 por cento da população em idade escolar biológica, ainda que o sucesso bafeje apenas 49 por cento dos jovens.

No ensino superior, subimos dos três por cento de frequência escolar para os 27 por cento, e de 1,1 por cento (1970) de pessoas habilitadas com este grau de ensino para os actuais 14,15 por cento (2001).

Quanto à questão de partida, é necessário buscar as formas do exercício local do poder e o mandarinato e formas de influência social para encontrar especificidades na evolução educacional do concelho de Bragança.

Quadro nº 1: Habilitações académicas dos portugueses, por classes etárias, expressas em percentagem do total da população para cada classe (análise a partir dos resultados do Censos 2001)

Idades	População no Grupo	Sem Grau Escolar	Com o 1º Ciclo	Com o 2º Ciclo	Com o 3º Ciclo	Com o Secundário	Com o Superior
11	0.113.700	17,13	79,4	3,47			
14	0.121.000	2,77	97,37	81,82	7,89		
16	0.133.500	2,03	97,97	88,62	60,87		
21	0.152.000	2,47	97,53	91,52	74,57	43,5	0,57
24	0.168.800	2,94	97,06	87,34	67,26	45	11,52
25-29	0.814.650	3,68	96,32	82,63	59,97	40,52	15,28
30-39	1.532.200	5,36	94,64	66	44,5	27,5	11
40-49	1.414.600	7,90	92,10	43	30	18	6,25
50-59	1.213.950	20	80	24	22,5	14,5	6
65-74	0.992.110	49	51	15,5	12	7,5	2,5

(Extraído de Henrique C. Ferreira, 2007: 422)

Quadro nº II: Comparação da formação da população em alguns municípios capitais de distrito, expressa em percentagem em relação à população total de cada município

	Sem Nível Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior
V. Castelo	12,78	86,50	51,94	36,74	25,87	10,65
C. Branco	16,08	83,21	37,05	26,46	16,44	11,54
Viseu	14,55	84,79	51,51	38,67	28,05	13,04
Guarda	14,92	84,39	49,89	39,37	29,08	13,51
Bragança	15,94	83,37	48,60	38,28	28,31	14,15
Vila Real	14,068	86,47	52,60	41,46	31,18	14,22
Braga	12,39	86,76	56,90	43,05	31,59	14,27
Aveiro	10,84	88,30	56,39	43,90	32,14	15,46
Porto	09,45	88,98	59,16	49,20	39,05	21,46
Coimbra	11,265	87,55	59,23	49,57	39,80	23,03
Lisboa	10,45	87,73	60,46	52,05	42,70	24,53

(Extraído de Henrique C. Ferreira, 2002: 32)

Quadro III: Comparação da formação da população de Bragança com a de alguns municípios não capitais de distrito (2001)

	Sem Nível Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior
Bragança	15,94	83,37	48,60	38,28	28,31	14,15
Chaves	15,92	83,45	44,69	33,60	23,55	09,87
Covilhã	15,579	83,87	46,73	34,23	23,46	09,18
Mirandela	18,122	81,42	43,92	30,90	21,83	08,96
Fundão	20,729	78,90	41,22	28,93	18,91	07,01
Guimarães	13,86	87,65	53,30	36,32	24,67	06,14
Montalegre	25,74	76,59	37,29	25,65	13,46	04,99
F.E.Cinta	24,33	75,29	30,22	19,06	10,39	03,94

(Extraído de Henrique C. Ferreira, 2002: 33)



Colégio de São João de Brito



Escola Secundária Abade de Baçal, antiga Escola Industrial e Comercial

## Cultura

### O adubamento das mentes bragançanas

Armando Fernandes \*

O filósofo Francis Bacon escreve sobre «a cultura e o adubamento das mentes», no sentido de cultura significar actividade. Este texto, necessariamente sintético, tem o propósito de lembrar instituições, figuras e singularidades de matriz cultural que foram ou são marcos da história de Bragança. Forçosamente, o leitor irá constatar a ausência de uma personalidade, a não referência a um documento ou a determinados temas e derivações. Houve necessidade de empregar meios resumidos, de uma compreensão do todo antes das partes, numa visão e metodologia próprias.

Não constituirá extrapolação audaz afirmar-se que um grande marco cultural da cidade de Bragança esteve circunscrito à esfera religiosa. Num primeiro tempo (até à sua extinção, em 1545) ao Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs e ao Convento de São Francisco, este último até ao fim das ordens religiosas. Nesse período, o adubamento das mentes fazia-se nos mosteiros e se os Beneditinos deram larga expressão à sua divisa «Reza e Trabalha», não foi menos importante o facto de os *Mestres dos Meninos* do mosteiro ensinarem e educarem as crianças das redondezas. Num segundo tempo, ao importante labor dos Franciscanos junta-se o dos Jesuítas, instalados desde 1559 em Bragança. Começaram por ser professores de moral no Colégio de São Pedro, e a instâncias do bispo de Miranda e do duque de Bragança e contando com a generosidade de D. Filipa Mendes e da Câmara de Bragança, edificaram o seu colégio no local denominado Cruz da Pedra, onde hoje se encontra o polivalente e modelar Centro Cultural.

Num terceiro tempo, além dos Franciscanos e Jesuítas também os conventos das ordens religiosas femininas, como as de Santa Clara e São Bento, estabeleceram uma convergência onde a educação e a cultura são colocadas ao serviço da pastoral religiosa, sendo abruptamente interrompida por Pombal, quando expulsa os membros da Companhia de Jesus, e com a extinção, em 1834, das ordens regulares do sexo masculino. A partir dessa data o clero regular e os seminários são os difusores da acção da Igreja.

Neste círculo cultural cada mosteiro, convento e colégio procuram a seu modo cumprir a missão, nem sempre respeitando o equilíbrio entre os seus membros – ainda que a avidez, as disputas, as malícias e as insinuações entre uns e outros, com o clero regular, e com o poder civil,

tenham sido frequentes e até mesmo virulentas, o facto é que no essencial, deixaram uma obra notável a perdurar até aos nossos dias. Muitas mulheres e muitos homens de alto merecimento estão na origem de tão fecunda acção expressa por obras físicas e muitas outras de carácter apologetico, educacionais, históricas, literárias, científicas e até receituários de farmacopeia e culinários.

Na impossibilidade de nem uma pequena parte dessas figuras ser referida, trazem-se à colação as abadessas Domingas de Jesus Vaz e Maria das Chagas, o abade de Medrões, o franciscano Bartolomeu de Bragança, Frei Faustino da Madre de Deus, os jesuítas Diogo de Carvalho e Garcia Gonçalves, os cónegos José António Franco, Manuel da Ressurreição Fernandes e os padres Francisco Manuel Vaz, João Domingos Fernandes, João Rodrigues Lopes e José Maria Ferreira.

Ainda na órbita da Igreja tiveram destacado papel as confrarias, irmandades e misericórdias. O Papa Paulo VI, em *Evangelii Nuntiandi* (n.48), consagrou o conceito de piedade popular, cuja representação também passa pelas confrarias ou irmandades religiosas, já que os dicionaristas consideram as duas palavras sinónimos perfeitos, identidade bem específica, dando-lhe de modo geral, o sentido de associação formada por pessoas consagradas a uma causa. Nenhuma delas podia ser erigida canonicamente sem a conveniente autorização por escrito do denominado ordinário do lugar.

Em Portugal, a Igreja instituiu numerosas confrarias, as muitas que existiram em Bragança não fugiam à regra geral de serem expressão do modo de sentir a fé, a confiança e a esperança do povo, ainda que com as especificidades relativas de cada uma. Tais especificidades levaram-nas a criar e possuir insígnias próprias que as identificavam pelo nome, imagem e topónimo. Assim, por exemplo; a Confraria da Anunciada, erigida no Colégio da Companhia de Jesus e agregada à grande Anunciada de Roma; a piedosa e antiga Confraria das Benditas Almas do Purgatório, erecta na Paroquial Igreja de Santa Maria, ou a Confraria do Senhor Jesus de Cabeça Boa, erecta nas cercanias da cidade, na freguesia de Samil.

Constituídas com fins religiosos e assistenciais e embora persistindo a primacialidade do sagrado sobre o profano, ganharam relevo nas comunidades, organizando festas e

\* Investigador. Consultor Cultural